

SIMULADO ESPECIAL

DPE PB

Auditor Interno
Analista Da Defensoria - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

1. *Este simulado conta com questões focadas para o concurso **DPE-PB**;*
2. *A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;*
3. *As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;*
4. *A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;*

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/C1oUEnKdY6CR1FbB7

01 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	13 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	25 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	37 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	49 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
02 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	14 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	26 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	38 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	50 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
03 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	15 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	27 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	39 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	51 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
04 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	16 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	28 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	40 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	52 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
05 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	17 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	29 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	41 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	53 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
06 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	18 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	30 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	42 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	54 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
07 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	19 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	31 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	43 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	55 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
08 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	20 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	32 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	44 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	56 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
09 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	21 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	33 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	45 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	57 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
10 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	22 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	34 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	46 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	58 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
11 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	23 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	35 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	47 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	59 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
12 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	24 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	36 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	48 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	60 - ⒶⒷⒸⒹⒺ

RANKING CLASSIFICATÓRIO

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

http://estrategi.ac/w0z34j

SISTEMA DE QUESTÕES

Acesse o link abaixo para fazer este simulado no Sistema de Questões.

https://bit.ly/4AeQtd8

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Patrícia Manzato

Texto de base para Questões 1 a 7

A Administração Pública começou a se organizar nos séculos XVIII e XIX, nessa época era ainda embrionária devido ao Estado Absolutista, que anteriormente detinha todo o poder centralizado e não permitia um desenvolvimento público. A administração não tinha ainda uma elaboração normativa baseadas nos princípios constitucionais próprios que tem hoje, apenas algumas obras e regras esparsas que dariam início aos atuais conceitos de direitos constitucionais e administrativos.

Foi quando o Estado de Direito começou a se estabelecer, juntamente com o Direito Constitucional, e os demais ramos de direito público que o Direito Administrativo começou a se formar, a partir da separação dos poderes do Estado e com o Princípio da Legalidade, para dar mais segurança aos direitos do povo em relações particulares e também nas relações públicas.

A partir da Revolução Francesa é que o Estado de Direito, com a separação dos três poderes, se consolidou e só nesse momento que se foi começar a delimitar normas que organizariam a Administração Pública, retirando a aplicação do direito privado das relações jurídicas em que o Estado participa. O direito administrativo amplia a sua atuação para atividades antes efetuadas pelo direito privado, estendendo-se a atividades com objetivo de promover o bem-estar social, como por exemplo, a educação, saúde, cultura.

O direito administrativo brasileiro teve contribuição do direito francês, do direito alemão e do direito italiano na sua formação como um ramo autônomo. A inclinação do direito dos três países foi distinta, do direito francês praticamente se originou o direito administrativo porque o estruturou quase completamente, o direito alemão influenciou a elaboração científica do direto administrativo como ciência administrativa e o direito italiano contribuiu para a elaboração sistemática da administração.

A Administração Pública Brasileira se desenvolveu como ciência Administrativa, e esse caminho de crescimento dividem-se temporalmente em três fases distintas, quais sejam: Estado Administrativo (1930-1945), Estado para o desenvolvimento (1946-1964) eEstado Intervencionista (1965-1979).

Adaptado de https://gepam.adm.br/administracao-publica-um-breve-historico/

1. Segundo o texto, a Administração Pública era "ainda embrionária" nos séculos XVIII e XIX porque:

a) o Estado Absolutista, que anteriormente detinha todo o poder centralizado, não permitia um desenvolvimento público.

b) a Administração Pública só começaria a se organizar a partir do século XX, com a Revolução Francesa.

c) não havia interesse do povo em participar das relações públicas do período.

d) as obras e regras esparsas do período já constituíam uma elaboração normativa completa baseada nos princípios constitucionais.

e) o Estado Absolutista incentivava a descentralização do poder e a participação popular na administração.

2. Está inteiramente correta a frase:

a) Fazem-se necessários estudos sobre as três fases da Administração Pública brasileira, dado a influência dos direitos francês, alemão e italiano em sua formação.

b) O estabelecimento do Estado de Direito e a separação dos poderes constitui marcos fundamentais para a formação do Direito Administrativo.

c) O direito administrativo brasileiro teve contribuição do direito francês, que o estruturou quase completamente, e do direito alemão, que influenciou a elaboração científica.

d) A Administração Pública começou a se organizar nos séculos XVIII e XIX, quando era ainda embrionária devido ao Estado Absolutista, que detinham todo o poder centralizado.

e) As atividades de educação, saúde e cultura, antes efetuadas pelo direito privado, passou a ser regidas pelo direito administrativo, que as estendeu ao bem-estar social.

3. No segmento "foi quando o Estado de Direito começou a se estabelecer, juntamente com o Direito Constitucional, e os demais ramos de direito público que o Direito Administrativo começou a se formar, a partir da separação dos poderes do Estado e com o Princípio da Legalidade", a formação do Direito Administrativo é vinculada a:

a) à manutenção do poder centralizado, que garantia unidade normativa à administração.

b) ao estabelecimento do Estado de Direito, à separação dos poderes do Estado e ao Princípio da Legalidade, com o objetivo de dar mais segurança aos direitos do povo.

c) à abolição do Direito Constitucional, que impedia o desenvolvimento do direito público.

d) à aplicação integral do direito privado às relações jurídicas em que o Estado participa.

e) ao retorno ao Absolutismo, cuja centralização era considerada mais segura para o povo.

4. No que se refere à estrutura do texto, é correto afirmar que:

a) o texto é uma narrativa biográfica que relata a vida dos juristas franceses, alemães e italianos que fundaram o direito administrativo.

b) o texto parte do contexto embrionário da Administração Pública sob o Absolutismo, apresenta o estabelecimento do Estado de Direito e a consolidação pós-Revolução Francesa, destaca as contribuições estrangeiras à formação do direito administrativo brasileiro e conclui com a periodização do desenvolvimento da ciência administrativa no Brasil.

c) o texto estrutura-se como uma crítica à Revolução Francesa, argumentando que ela atrasou o desenvolvimento da Administração Pública.

d) o texto defende que o direito administrativo brasileiro é cópia integral do direito francês, sem contribuições de outras tradições jurídicas.

e) o texto organiza-se como um diálogo entre autores clássicos da Administração Pública, expondo teses contrárias sobre a autonomia do direito administrativo.

5. Considere a seguinte frase do texto: "A Administração Pública começou a se organizar nos séculos XVIII e XIX, nessa época **era** ainda embrionária devido ao Estado Absolutista."

A respeito do emprego do verbo "era" no singular, é correto afirmar que:

a) está incorreto, pois o sujeito deveria ser "séculos XVIII e XIX", exigindo "eram".

b) está incorreto, pois o sujeito seria "Estado Absolutista", exigindo singular, mas o verbo deveria estar no plural pela enumeração "séculos XVIII e XIX".

c) está correto, pois o verbo "ser" é impessoal e fica sempre na 3ª pessoa do singular.

d) está correto, pois o sujeito de "era" é "A Administração Pública" (núcleo: "Administração", singular), retomado pelo pronome demonstrativo locativo "nessa época" como adjunto adverbial de tempo.

e) está correto, pois o verbo concorda com "época", que é o núcleo do sujeito posposto.

6. De acordo com o texto, considere as seguintes afirmações:

I. A partir da Revolução Francesa, o Estado de Direito, com a separação dos três poderes, se consolidou e começou a delimitar normas que organizariam a Administração Pública.

II. O direito administrativo brasileiro teve contribuição do direito francês, do direito alemão e do direito italiano na sua formação como ramo autônomo.

III. O direito francês influenciou apenas a elaboração científica do direito administrativo como ciência administrativa, sem estruturá-lo.

Está correto o que se afirma em:

a) I, apenas.

b) III, apenas.

c) I e II, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

7. Está inteiramente correta a frase:

a) A partir da Revolução Francesa, começou-se a retirar a aplicação do direito privado das relações jurídicas em que o Estado participa, estendendo-se o direito administrativo à atividades de promoção do bem-estar social.

b) O direito administrativo brasileiro deve à direito francês a sua estruturação quase completa, à direito alemão a elaboração científica e à direito italiano a elaboração sistemática.

c) A Administração Pública começou a se organizar nos séculos XVIII e XIX, período em que ainda era embrionária, a medida que o Estado de Direito se estabelecia com o Princípio da Legalidade.

d) O direito administrativo ampliou sua atuação, estendendo-se à escopos como educação, saúde e cultura, com o objetivo de promover o bem-estar social à população.

e) A formação do Direito Administrativo está vinculada à separação dos poderes do Estado e ao Princípio da Legalidade, que deram mais segurança aos direitos do povo.

LEGISLAÇÃO DA DEFENSORIA

Rodrigo Bet

8. Em capacitação para os novos analistas da DPE-PB, discutiu-se o regime constitucional da Defensoria Pública, cuja redação atual decorre, em grande parte, da Emenda Constitucional nº 80/2014.

De acordo com a Constituição Federal, são princípios institucionais da Defensoria Pública

a) a unicidade, a impessoalidade e a independência funcional.

b) a legalidade, a impessoalidade e a eficiência.

c) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

d) a unidade, a autonomia financeira e a inamovibilidade.

e) a indivisibilidade, a vitaliciedade e a independência funcional.

9. Ao analisar o planejamento de expansão da DPE-PB, a auditoria interna examinou o art. 98 do ADCT, incluído pela EC nº 80/2014.

Segundo esse dispositivo,

a) o número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço e à respectiva população.

b) os entes deveriam contar com defensores em todas as unidades jurisdicionais no prazo de 10 anos.

c) durante o prazo de implantação, a lotação priorizaria as regiões de maior arrecadação tributária.

d) o número de defensores deve ser igual ao de magistrados em cada unidade jurisdicional.

e) a obrigação de lotar defensores em todas as unidades jurisdicionais alcança apenas a União.

10. Na elaboração da proposta orçamentária da DPE-PB, surgiu dúvida sobre o alcance da autonomia da instituição.

De acordo com a CF e a LC nº 80/1994, a Defensoria Pública do Estado

a) goza de autonomia financeira plena, sem sujeição aos limites da lei de diretrizes orçamentárias.

b) encaminha sua proposta orçamentária diretamente ao Poder Legislativo.

c) depende do Tribunal de Justiça para encaminhar sua proposta orçamentária.

d) não pode abrir concurso para os cargos dos serviços auxiliares, atribuição do Poder Executivo.

e) tem autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária, dentro dos limites da LDO.

11. Encerrado o mandato do Defensor Público-Geral da Paraíba, a instituição organizou a escolha do novo chefe.

Nos termos da LC nº 80/1994, o Defensor Público-Geral do Estado

a) é eleito diretamente pelos membros da carreira, sem participação do Governador.

b) é nomeado pelo Governador dentre membros estáveis da carreira maiores de 35 anos, escolhidos em lista tríplice, para mandato de 2 anos, permitida uma recondução.

c) tem mandato de 4 anos, vedada a recondução.

d) é escolhido livremente pelo Governador entre advogados de notável saber jurídico.

e) depende de aprovação da Assembleia Legislativa para ser nomeado.

12. Em nota técnica sobre a atuação dos membros da DPE-PB, a auditoria interna precisou examinar as funções institucionais e a capacidade postulatória dos defensores.

Segundo a LC nº 80/1994,

a) a capacidade postulatória do Defensor Público depende de inscrição na OAB.

b) a solução extrajudicial dos litígios é vedada à Defensoria, que só atua em juízo.

c) a assistência jurídica integral e gratuita custeada pelo Estado pode ser prestada por advogado dativo, em igualdade com a Defensoria.

d) a capacidade postulatória do Defensor Público decorre exclusivamente de sua nomeação e posse no cargo público.

e) a defesa de grupos vulneráveis limita-se à criança e ao adolescente.

13. Com a LC nº 205/2024, a estrutura da DPE-PB passou a contar com unidade própria de controle interno, à qual se vincula o trabalho do Auditor Interno.

Segundo essa lei, que alterou a LC nº 104/2012, a Controladoria-Geral da Defensoria Pública

a) é órgão da administração superior, ao lado do Conselho Superior.

b) integra a Corregedoria-Geral, como departamento de auditoria.

c) vincula-se ao Tribunal de Contas do Estado, e não ao Defensor Público-Geral.

d) é chefiada por Defensor Público eleito pelos membros da carreira.

e) compreende o Departamento de Auditoria e Controle Interno e o Departamento de Acompanhamento de Licitação, Contratos, Convênios e Compras.

14. Ao acompanhar processo disciplinar instaurado contra servidor do quadro da DPE-PB por infração punível com advertência, o Auditor Interno verificou os prazos aplicáveis.

Nos termos da LC nº 205/2024, a ação disciplinar, nesse caso, prescreve em

a) 2 anos.

b) 5 anos.

c) 180 dias.

d) 120 dias.

e) 1 ano.

CONHECIMENTOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS

Tiago Zanolla

15. A independência funcional assegurada aos defensores públicos determina

a) a adoção irrestrita de testes jurídicas

b) que os Defensores Públicos ficam vinculados aos pronunciamentos de membro anterior.

c) que os Defensores podem substituir-se uns aos outros.

d) ao defensor adotar a estratégia de defesa que entender mais adequada em benefício do assistido, sem que isso importe em nulidade.

e) que a independência funcional se confunda com a autonomia funcional, protegendo a consciência profissional contra ingerências externas.

16. É objetivo da Defensoria Pública do Estado, exceto:

a) promoção da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais.

b) afirmação do Estado Democrático de Direito.

c) a orientação jurídica e o exercício da defesa de toda a população.

d) garantia da efetividade dos direitos humanos;

e) garantia da efetividade dos princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório, do acesso à ordem jurídica justa e do devido processo legal.

17. São princípios institucionais da Defensoria Pública:

a) ampla defesa, inamovibilidade e a unidade.

b) unidade, autonomia funcional e a indivisibilidade.

c) unidade, indivisibilidade e a independência funcional.

d) defesa dos hipossuficientes, a unidade e a ampla defesa.

e) irredutibilidade dos vencimentos, inamovibilidade e a independência administrativa.

18. De acordo com a organização da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, assinale a alternativa correta.

a) O PROCON-DPE/PB integra os órgãos de atuação, juntamente com os Núcleos Regionais e Especializados.

b) A Ouvidoria-Geral e a Corregedoria-Geral integram os órgãos auxiliares da Defensoria Pública.

c) Os Defensores Públicos do Estado da Paraíba e o PROCON-DPE/PB integram os órgãos de execução.

d) A Coordenadoria Administrativa de Execução Penal e Acompanhamento aos Defensores Públicos (CAEP) integra os órgãos de administração superior, sendo seu Coordenador remunerado com indenização de Atividade Cumulativa de 30% de seu subsídio mensal.

e) A Escola Superior da Defensoria Pública e os Núcleos Especializados integram os órgãos auxiliares da instituição.

19. Durante uma reunião institucional, um Defensor Público afirmou que a atuação da Defensoria Pública deve observar princípios institucionais próprios, destinados a assegurar a continuidade, a organização e a independência de suas atividades.

Considerando os princípios institucionais da Defensoria Pública, assinale a alternativa correta.

a) A unidade, a indivisibilidade e a hierarquia funcional constituem os princípios institucionais da Defensoria Pública.

b) A independência funcional assegura aos Defensores Públicos autonomia no exercício de suas atribuições, afastando a necessidade de observância das normas legais.

c) A indivisibilidade impede a substituição de um Defensor Público por outro durante o andamento de um processo, garantindo a continuidade da atuação pessoal do membro originalmente designado.

d) A unidade significa que os membros da Defensoria Pública integram uma mesma instituição, enquanto a indivisibilidade permite a substituição de seus membros, sem prejuízo da continuidade da atuação institucional.

e) A independência funcional impede a existência de órgãos de administração superior e afasta qualquer forma de organização administrativa da Defensoria Pública.

20. De acordo com a organização a Defensoria Pública do Estado da Paraíba, assinale a alternativa que apresenta a correta classificação dos órgãos da instituição.

a) Conselho Superior, órgão de execução; Corregedoria-Geral, órgão auxiliar.

b) Núcleos Especializados, órgãos de atuação; PROCON-DPE/PB, órgão de execução.

c) Ouvidoria-Geral, órgão de administração superior; Defensores Públicos, órgãos de atuação.

d) Escola Superior, órgão de atuação; Núcleos Regionais, órgãos auxiliares.

e) Subdefensorias Públicas-Gerais, órgãos auxiliares; CAEP, órgão de administração superior.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

21. De acordo com a Constituição Federal, pode impetrar mandado de segurança coletivo:

a) partido político com representação na Assembleia Legislativa

b) qualquer pessoa prejudicada em seu direito líquido e certo

c) associação, desde que o direito violado afete a totalidade dos seus membros

d) entidade de classe, desde que de âmbito nacional

e) associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano

22. É privativo de brasileiro nato o cargo de:

a) Ministro do Superior Tribunal de Justiça

b) Procurador-Geral da República

c) Ministro do Tribunal Superior do Trabalho

d) Defensor Público-Geral Federal

e) Presidente da Câmara dos Deputados

23. Acerca das competências federativas, julgue os itens a seguir:

I – Compete privativamente à União legislar sobre direito penal, direito civil e direito do trabalho.

II – É competência concorrente da União, dos Estados, do DF e dos Municípios legislar sobre direito penitenciário.

III – No âmbito da legislação concorrente, a União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

IV – É competência comum de todos os entes federativos cuidar da saúde.

Estão corretos, apenas:

a) III e IV

b) I e II

c) I, III e IV

d) II e IV

e) I, II e III

24. Sobre as funções essenciais à Justiça, conforme a jurisprudência do STF, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A Defensoria Pública tem legitimidade para a propositura de ação civil pública que vise a promover a tutela judicial de direitos difusos ou coletivos de que sejam titulares, em tese, pessoas necessitadas

b) Os regimes remuneratórios da Magistratura e do Ministério Público são equiparados

c) É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra

d) O valor recebido a título de honorários sucumbenciais pela Defensoria Pública deve ser destinado ao aparelhamento das Defensorias Públicas ou rateado entre os membros da instituição

e) a advocacia é indispensável à administração da Justiça

25. É vedada a edição de medida provisória sobre:

a) direito tributário

b) abertura de crédito extraordinário

c) direito do trabalho

d) direito processual civil

e) direito civil

26. São direitos sociais, conforme a previsão constitucional:

a) saúde, lazer e propriedade

b) educação, moradia e alimentação

c) transporte, cultura e liberdade

d) proteção à maternidade, nacionalidade e voto

e) saúde, educação e privacidade

27. É atribuição delegável do Presidente da República:

a) conceder indulto e comutar penas

b) extinguir cargos públicos por meio de lei

c) decretar estado de sítio

d) nomear e exonerar Ministros

e) conceder condecorações e distinções honoríficas

28. É legitimado universal para a propositura de ação declaratória de constitucionalidade:

a) Governador de Estado

b) Mesa de Assembleia Legislativa

c) Federação sindical

d) Partido político com representação no Congresso Nacional

e) Conselho Seccional da OAB

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

29. Renato, dirigente de uma autarquia estadual, autorizou o pagamento, com recursos da entidade, de passagens aéreas, hospedagem e refeições referentes à viagem particular realizada por uma pessoa com quem mantinha relacionamento afetivo, embora a viagem não possuísse qualquer relação com as atividades institucionais da autarquia.

Posteriormente, ao ser questionado por setor de controle, Renato sustentou que a conduta poderia ser socialmente censurável, mas não seria juridicamente inválida, pois nenhuma norma interna mencionava expressamente aquela situação específica. Acrescentou que o princípio da moralidade seria mera orientação ética, incapaz de produzir efeitos jurídicos autônomos se o ato não contrariasse literalmente uma regra legal.

Considerando o conteúdo e os efeitos jurídicos do princípio da moralidade administrativa, assinale a alternativa **correta**.

a) A argumentação de Renato é correta, pois a moralidade administrativa representa apenas recomendação ética de caráter subjetivo, dependendo sempre da violação simultânea e expressa de uma regra legal para produzir a invalidação do ato.

b) A conduta deve ser analisada exclusivamente sob a perspectiva da moral comum, porque a moralidade administrativa e a moral social possuem conteúdo idêntico e não existe distinção jurídica relevante entre os dois conceitos.

c) A moralidade administrativa exige que agentes públicos e particulares que se relacionem com a Administração atuem com honestidade, boa-fé, lealdade e respeito aos padrões objetivos de conduta ética, de modo que a utilização de recursos públicos para finalidade privada pode comprometer juridicamente o ato e submetê-lo à invalidação.

d) O princípio da moralidade aplica-se apenas aos servidores efetivos e não alcança dirigentes de autarquias, ocupantes de cargos em comissão, agentes políticos ou particulares que mantenham relação jurídica com o Poder Público.

e) Ainda que configurada ofensa à moralidade administrativa, o ato não poderá ser anulado pela própria Administração nem pelo Poder Judiciário, pois a moralidade somente produz consequências disciplinares pessoais contra o agente responsável

30. O Município Delta aprovou lei disciplinando de forma geral o funcionamento de determinada atividade comercial e estabelecendo obrigações específicas aos proprietários dos estabelecimentos. Para viabilizar a aplicação uniforme da norma, o Prefeito Eduardo editou decreto regulamentar detalhando procedimentos, documentos e providências administrativas necessários à sua execução.

Entretanto, no mesmo decreto, instituiu nova obrigação aos comerciantes, acompanhada de restrição que não estava prevista direta ou indiretamente na lei aprovada pela Câmara Municipal. Ao ser questionado pela assessoria jurídica, Eduardo afirmou que o poder regulamentar conferiria ao Chefe do Executivo competência para complementar livremente a legislação e criar obrigações novas sempre que entendesse que a inovação facilitaria o atendimento do interesse público.

Considerando o poder regulamentar, a natureza do decreto regulamentar e seus limites em relação à lei, assinale a alternativa **correta**.

a) A atuação do Prefeito é válida, pois o poder regulamentar permite ao Chefe do Executivo inovar na ordem jurídica e estabelecer obrigações não previstas em lei sempre que tais medidas forem consideradas necessárias à adequada execução da política pública.

b) O decreto regulamentar possui a mesma natureza jurídica da lei, situando-se no mesmo nível hierárquico e podendo modificar, ampliar ou afastar disposições legislativas sempre que a autoridade administrativa identificar necessidade de atualização.

c) Caso a lei seja omissa em relação a determinado aspecto da matéria, o decreto regulamentar poderá substituir integralmente a atuação legislativa e disciplinar originariamente o tema, desde que a medida seja necessária à satisfação do interesse público.

d) O poder regulamentar é exercido indistintamente por qualquer autoridade administrativa, de modo que secretários, dirigentes de autarquias e chefes de departamentos podem editar decretos regulamentares com o mesmo alcance jurídico conferido ao Chefe do Executivo.

e) O Prefeito pode utilizar o decreto regulamentar para explicar, detalhar e permitir a fiel execução da lei, mas não pode criar, por esse instrumento, obrigações ou restrições que não encontrem fundamento na legislação regulamentada

31. Camila, agente da vigilância sanitária do Município Gama, realizou fiscalização no restaurante pertencente a Roberto e constatou que grande quantidade de alimentos com prazo de validade expirado estava sendo oferecida aos consumidores, além de verificar condições inadequadas de armazenamento capazes de representar risco concreto à saúde pública.

No exercício das competências atribuídas ao órgão, Camila determinou a apreensão dos produtos impróprios, adotou providências para impedir sua comercialização e iniciou o procedimento administrativo destinado à aplicação das sanções cabíveis.

Roberto sustentou que a Administração não poderia interferir no exercício de sua atividade econômica, restringir o uso de seus bens ou impor medidas independentemente de sua concordância.

Considerando o conceito, as formas de atuação e os atributos do poder de polícia, assinale a alternativa **correta**.

a) A fiscalização realizada por Camila não constitui exercício do poder de polícia administrativa, pois esse poder incide exclusivamente sobre pessoas e está relacionado principalmente à apuração de crimes e contravenções penais.

b) O poder de polícia permite à Administração limitar e condicionar direitos, atividades e o uso de bens particulares em benefício da coletividade, podendo manifestar-se preventivamente ou repressivamente e apresentando, em regra, discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade como atributos.

c) A discricionariedade constitui elemento indispensável de todo ato praticado no exercício do poder de polícia, de forma que não pode existir atividade policial administrativa de natureza vinculada.

d) A Administração somente poderá executar medidas decorrentes do poder de polícia depois de obter autorização judicial, pois a autoexecutoriedade não integra os atributos reconhecidos à atividade administrativa de fiscalização.

e) O poder de polícia somente se manifesta repressivamente, após a prática da infração administrativa, sendo incompatível com licenças, autorizações e outras medidas destinadas a impedir preventivamente a ocorrência de prejuízos ao interesse coletivo

32. O Estado Delta pretende instituir empresa estatal para explorar determinada atividade econômica considerada de relevante interesse coletivo. O planejamento prevê que todo o capital da futura entidade será integralizado exclusivamente pelo próprio Estado e por outras entidades estatais, sem qualquer participação de pessoas físicas ou jurídicas privadas.

Pretende-se constituí-la sob a forma de sociedade limitada, submetê-la predominantemente ao Direito Privado e contratar seus empregados pelo regime da CLT, mediante prévia aprovação em concurso público. Um assessor, contudo, afirmou que toda empresa pública deve assumir obrigatoriamente a forma de sociedade anônima, possuir participação de capital privado e adquirir personalidade jurídica imediatamente com a publicação da lei autorizadora.

Considerando as características das empresas públicas, assinale a alternativa **correta**.

a) A empresa pública possui personalidade jurídica de Direito Privado, capital exclusivamente estatal e pode assumir qualquer forma jurídica admitida em lei; sua instituição depende de autorização por lei específica e sua existência jurídica inicia-se com o registro do respectivo ato constitutivo.

b) A empresa pública possui personalidade jurídica de Direito Público e, por essa razão, seus trabalhadores ocupam necessariamente cargos públicos submetidos a regime estatutário e adquirem estabilidade após o cumprimento dos requisitos constitucionais.

c) O assessor está correto, pois a empresa pública somente pode ser constituída sob a forma de sociedade anônima, deve possuir capital formado pelo Poder Público e por particulares e é criada diretamente pela lei específica que disciplina sua instituição.

d) O ingresso de outra entidade da Administração Indireta na composição do capital descaracteriza a empresa pública, pois a totalidade das ações ou quotas deve pertencer diretamente ao ente político que autorizou sua instituição.

e) A submissão predominante ao Direito Privado dispensa a empresa pública da realização de concurso público para contratação de empregados e da observância das normas específicas de licitação aplicáveis às empresas estatais

33. A Defesa Civil do Município Gama realizou vistoria em imóvel pertencente a Roberto e constatou graves falhas estruturais que indicavam risco concreto e imediato de desabamento. Apesar da determinação administrativa para que o prédio fosse desocupado, Roberto recusou-se a retirar sua família do local, alegando que somente cumpriria a ordem se a Administração apresentasse autorização judicial.

Diante da situação emergencial e do risco à integridade física dos moradores e de terceiros, agentes municipais promoveram diretamente a retirada das pessoas e a interdição do imóvel. Paralelamente, Roberto possuía multa administrativa vencida e não paga, e a Administração também pretendia receber coercitivamente o respectivo valor sem recorrer ao Poder Judiciário.

Considerando a autoexecutoriedade e os limites desse atributo, assinale a alternativa **correta**.

a) A retirada dos moradores e a interdição do imóvel dependeriam necessariamente de autorização judicial prévia, pois a Administração jamais pode empregar diretamente medidas materiais destinadas ao cumprimento de seus próprios atos, ainda que exista situação emergencial envolvendo risco à integridade física.

b) A situação emergencial pode justificar a execução direta da medida administrativa, permitindo à Administração retirar os ocupantes e interditar o imóvel sem ordem judicial prévia; essa possibilidade não significa, entretanto, que toda decisão administrativa seja autoexecutória ou que, em regra, a multa não paga possa ser cobrada diretamente sem intervenção judicial.

c) A autoexecutoriedade está presente em todos os atos administrativos que imponham obrigações a particulares, motivo pelo qual tanto a interdição emergencial quanto a cobrança coercitiva da multa podem ser realizadas diretamente pela Administração, independentemente de qualquer autorização legal ou situação excepcional.

d) A Administração apenas poderia executar diretamente a interdição se houvesse previsão legal expressa e específica autorizando aquela providência, pois a urgência ou a situação emergencial não constituem fundamento suficiente para a incidência da autoexecutoriedade.

e) Uma vez reconhecida a autoexecutoriedade e executada materialmente a providência pela Administração, fica afastado o controle jurisdicional posterior, ainda que Roberto consiga demonstrar que a medida adotada foi arbitrária, desproporcional, desarrazoada ou abusiva

34. Roberto é servidor do Estado Alfa e exerce a função de motorista de ambulância. Durante atendimento externo, conduzia veículo oficial quando, em razão de comportamento imprudente, provocou acidente que causou expressivos danos materiais ao automóvel de Mariana.

A particular ajuizou ação indenizatória contra o Estado e obteve sentença definitiva condenando a Fazenda Pública ao pagamento de R$ 80.000,00. Encerrado o processo, a Procuradoria estadual reuniu provas suficientes de que Roberto havia agido culposamente e decidiu ajuizar ação regressiva contra o servidor. Ocorre que, naquele momento, apesar do trânsito em julgado da condenação, a indenização ainda não havia sido efetivamente paga a Mariana.

Surgiu, então, discussão acerca do momento adequado para o exercício do direito de regresso, da necessidade de demonstração de dolo ou culpa do agente e da relação entre a responsabilidade objetiva do Estado e a responsabilidade pessoal do servidor.

Considerando os pressupostos e as características da ação regressiva, assinale a alternativa **correta**.

a) O Estado poderá propor imediatamente a ação regressiva contra Roberto, pois o trânsito em julgado da sentença condenatória é suficiente para caracterizar prejuízo patrimonial estatal, ainda que a indenização reconhecida judicialmente ainda não tenha sido efetivamente paga a Mariana.

b) Como o Estado responde objetivamente perante Mariana, Roberto também responderá objetivamente perante a Fazenda Pública, sendo suficiente demonstrar que conduzia a ambulância oficial quando ocorreu o acidente, independentemente da comprovação de dolo ou culpa.

c) O exercício da ação regressiva pressupõe que o Estado tenha efetivamente indenizado Mariana e, além disso, demonstre que Roberto atuou com dolo ou culpa, pois a responsabilidade do agente público perante a Fazenda possui natureza subjetiva.

d) O direito de regresso somente poderá ser exercido se Roberto tiver participado obrigatoriamente da ação indenizatória ajuizada por Mariana, mediante denunciação à lide, pois a responsabilidade do servidor não pode ser apurada em processo autônomo posterior.

e) Realizado o pagamento da indenização a Mariana, o Estado não poderá buscar ressarcimento contra Roberto, uma vez que a responsabilidade objetiva estatal transfere definitivamente para o erário todo o risco decorrente da atuação dos agentes públicos

35. O Presidente da República editou decreto regulamentar destinado a disciplinar a execução de determinada lei federal. Após analisar o conteúdo do ato, o Congresso Nacional concluiu que alguns dispositivos não se limitaram a detalhar a lei, mas criaram obrigações e restrições que ultrapassavam os limites do poder regulamentar conferido ao Chefe do Poder Executivo.

Durante a discussão parlamentar, foram apresentadas diferentes propostas: alguns parlamentares defenderam a revogação integral do decreto por razões de conveniência política; outros afirmaram que o Congresso não poderia realizar qualquer controle sobre atos do Executivo; e um terceiro grupo sustentou que o texto constitucional conferia ao Legislativo competência específica para impedir a produção de efeitos das disposições que excedessem os limites regulamentares.

Considerando as características do controle legislativo e as competências constitucionais atribuídas ao Congresso Nacional, assinale a alternativa **correta**.

a) O Congresso Nacional poderá revogar integralmente o decreto quando considerar sua disciplina inconveniente ou inoportuna, pois o controle legislativo transfere ao Parlamento competência geral para substituir o mérito das decisões normativas tomadas pelo Poder Executivo.

b) O Congresso Nacional poderá sustar os dispositivos do ato normativo do Poder Executivo que tenham exorbitado do poder regulamentar, exercendo mecanismo constitucional de controle externo, sem que essa providência se confunda com revogação do ato administrativo por razões de mérito.

c) A independência entre os Poderes impede que o Congresso Nacional fiscalize atos praticados pelo Poder Executivo, razão pela qual qualquer excesso regulamentar somente poderá ser apreciado pelo próprio Presidente da República ou pelo Poder Judiciário.

d) O controle legislativo possui natureza essencialmente interna, uma vez que todos os Poderes integram a estrutura estatal e, por isso, a fiscalização realizada pelo Congresso sobre atos do Executivo constitui modalidade de autotutela administrativa.

e) Ao sustar o decreto, o Congresso Nacional estará exercendo função jurisdicional, pois a decisão parlamentar sobre a validade do ato produzirá coisa julgada material e impedirá posterior apreciação pelo Poder Judiciário

36. O Município de Vale Sereno pretende contratar uma solução tecnológica inovadora para monitorar, em tempo real, a qualidade da água distribuída à população. Como a Administração não consegue definir com precisão as especificações técnicas e nenhuma solução do mercado atende à necessidade sem adaptações, a Secretária de Infraestrutura, Helena Prado, decidiu adotar o diálogo competitivo. O agente de contratação Rodrigo Mendes ficou responsável por conduzir o certame.

Nessa situação, de acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, Rodrigo deverá observar que

a) o edital, ao ser divulgado em sítio eletrônico oficial, deverá apresentar as necessidades e as exigências já definidas pela Administração e estabelecer prazo mínimo de 15 dias úteis para a manifestação de interesse na participação da licitação.

b) a pré-seleção poderá limitar o número de participantes aos cinco interessados mais bem avaliados, ainda que outros interessados também preencham os requisitos objetivos estabelecidos no edital.

c) a solução proposta pela empresa Hidrotec poderá ser revelada às demais licitantes, sem o consentimento dela, desde que essa divulgação tenha o objetivo de ampliar a competitividade do certame.

d) as reuniões realizadas com as empresas pré-selecionadas deverão ser registradas em ata e gravadas mediante utilização de recursos tecnológicos de áudio e vídeo.

e) a fase de diálogo deverá ser obrigatoriamente encerrada no prazo fixo de 30 dias, ainda que a Administração não tenha identificado a solução que atenda às suas necessidades

CONTABILIDADE PÚBLICA

Marcondes Fortaleza

37. Analise as assertivas a seguir e marque a alternativa que apresenta todOs os itens corretos:

I. Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.

II. Os objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil estão relacionados ao fornecimento de informações sobre a entidade do setor público que são úteis aos usuários dos RCPGs e para a prestação de contas, mas não para a responsabilização e tomada de decisão.

III. As empresas estatais independentes poderão aplicar a estrutura conceitual e as demais NBCs TSP de maneira facultativa ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres.

IV. Os usuários primários dos RCPGs são os usuários dos serviços e seus representantes e os provedores de recursos e seus representantes.

a) I e III.

b) I, II, e IV.

c) I, III e IV.

d) II, III e IV.

e) I, II, III e IV.

38. Analise as assertivas a seguir e marque a alternativa que apresenta todos os itens incorretos:

I. No que diz respeito aos regimes de contabilização, enquanto o enfoque patrimonial segue o regime de competência, o enfoque orçamentário segue o regime misto, com o registro das receitas pelo regime de competência e das despesas pelo regime de caixa.

II. De acordo com o enfoque orçamentário, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente liquidadas.

III. De acordo com o regime contábil (patrimonial), as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD) registram as transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, devendo ser reconhecidas nos períodos a que se referem, segundo seu fato gerador, sejam elas dependentes ou independentes da execução orçamentária.

IV. O objeto da contabilidade pública é o patrimônio público, que envolve os bens públicos: de uso comum do povo, de uso especial e dominicais.

a) I e III.

b) I e II.

c) III e IV.

d) II, III e IV.

e) I, II, III e IV.

39. Considerando o disposto na NBC TSP 04 – Estoques, marque a alternativa correta.

a) Quando os estoques tiverem sido adquiridos por meio de transação sem contraprestação, o custo deve ser mensurado pelo seu valor justo na data do seu recebimento.

b) O valor realizável líquido dos estoques é equivalente ao valor justo deduzido dos gastos necessários para vender.

c) O valor de custo dos estoques deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, mas não os custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

d) A entidade pode comprar estoques com condição para pagamento a prazo. Quando a negociação contém efetivamente elemento de financiamento, por exemplo, a diferença entre o preço de aquisição em condição normal de pagamento e o valor pago deve ser reconhecida como receita de juros durante o período do financiamento.

e) Estoques devem ser mensurados pelo maior valor entre o custo e o custo corrente de reposição quando são mantidos para: (i) distribuição gratuita ou por valor irrisório; (ii) consumo no processo de produção de bens a serem distribuídos gratuitamente ou por valor irrisório.

40. Sobre o Balanço Orçamentário e a apuração do resultado orçamentário, marque a alternativa incorreta:

a) O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação.

b) O Balanço Orçamentário demonstrará as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

c) O Balanço Orçamentário deverá ser acompanhado de notas explicativas que divulguem, dentre outras coisas, o regime orçamentário, o critério de classificação adotado no orçamento aprovado e o período a que se refere o orçamento.

d) No quadro principal do BO, as receitas deverão ser informadas pelos valores brutos.

e) Receitas Correntes são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, provocam efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido

41. Sobre o PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, marque a alternativa correta:

a) A utilização do PCASP é obrigatória para todos os órgãos e entidades da administração direta e da administração indireta dos entes da Federação, incluindo seus fundos, autarquias, e fundações, mas tem utilização facultativa para as empresas estatais dependentes.

b) A classificação do ativo e do passivo em financeiro e permanente permite a apuração do superávit financeiro no Balanço Financeiro (BF) de acordo com a Lei nº 4.320/1964.

c) O registro contábil deve ser feito pelo método das partidas simples.

d) Ao final do exercício, o Balanço Patrimonial (BP) apresentará os valores da Classe 1 (Ativo) iguais aos da Classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido). Os valores registrados ao longo do período na Classe 3 (VPA) e na Classe 4 (VPD) são encerrados ao final do exercício, representando o resultado patrimonial levado para a conta de patrimônio líquido.

e) Os lançamentos estarão restritos à natureza de informação a qual pertençam: patrimonial (classes 1 a 4), orçamentária (classes 5 e 6) ou de controle (classes 7 e 8).

42. Um estado cujo governador estava no último semestre de seu mandato apresentava os seguintes saldos no final do exercício financeiro:

- Receita Corrente: R$ 3.900;
- Receita de Capital: R$ 600;
- Disponibilidade de caixa: R$ 3.000;
- Despesas empenhadas a liquidar: R$ 2.550;
- Despesas empenhadas e liquidadas a pagar: R$ 2.250.

Na data, o valor inscrito como Restos a Pagar era de:

a) R$ 2.250;

b) R$ 2.550;

c) R$ 3.000;

d) R$ 4.000;

e) R$ 4.800.

43. A lei de Responsabilidade Fiscal trouxe consigo diversas inovações relativas ao processo orçamentário, dentre elas a obrigatoriedade de elaboração pelos entes públicos do chamado Anexo de Metas Fiscais (AMF).

O AMF conterá:

a) Evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

b) Evolução do patrimônio líquido nos últimos dois exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

c) Evolução do patrimônio líquido no último exercício, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

d) Evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a aquisição de ativos.

e) Evolução do ativo nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de passivos.

44. São objetivos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI):

I. prover mecanismos adequados ao controle diário da execução orçamentária, financeira e patrimonial aos órgãos da Administração Pública Federal;

II. fornecer meios para agilizar a programação financeira, otimizando a utilização dos recursos do Tesouro Nacional, através da unificação dos recursos de caixa do Governo Federal;

III. permitir que a contabilidade pública seja fonte segura e tempestiva de informações gerenciais destinadas a todos os níveis da Administração Pública Federal;

IV. padronizar métodos e rotinas de trabalho relativas à gestão dos recursos públicos, sem implicar rigidez ou restrição a essa atividade, uma vez que ele permanece sob total controle do ordenador de despesa de cada unidade gestora;

V. permitir o registro contábil dos balancetes dos estados e municípios e de suas supervisionadas;

Estão corretos apenas os itens:

a) I, II e III.

b) II, III e V.

c) I, III e IV.

d) II, IV e V.

e) Todos os itens estão corretos.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Tonyvan Carvalho

45. Durante a auditoria das demonstrações contábeis de determinada entidade, o auditor independente identificou elevado risco de distorção relevante na mensuração dos estoques. Para responder ao risco identificado, ampliou a extensão dos procedimentos substantivos e obteve evidências provenientes de registros internos da entidade e de fontes externas independentes. Entretanto, parte das evidências coletadas apresentava baixa confiabilidade, embora estivesse diretamente relacionada às afirmações examinadas. Considerando os conceitos de suficiência e adequação das evidências de auditoria estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria (NBCs TA), é correto afirmar que

a) a suficiência constitui medida qualitativa das evidências, sendo determinada principalmente pela relevância e pela confiabilidade das informações obtidas, enquanto a adequação representa sua dimensão quantitativa.

b) o aumento do risco de distorção relevante exige, necessariamente, maior quantidade de evidências, independentemente de sua qualidade, uma vez que a suficiência é determinada exclusivamente pela avaliação dos riscos.

c) a relevância das evidências, por demonstrar sua relação com as afirmações examinadas, é suficiente para assegurar sua adequação, ainda que a confiabilidade das informações obtidas seja reduzida.

d) a suficiência corresponde à medida quantitativa das evidências, sendo influenciada tanto pela avaliação dos riscos de distorção relevante quanto pela qualidade das evidências, enquanto a adequação corresponde à sua dimensão qualitativa, caracterizada pela relevância e pela confiabilidade.

e) a obtenção de maior quantidade de evidências permite compensar eventuais deficiências de confiabilidade, desde que os procedimentos executados sejam suficientes para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo.

46. O auditor independente, durante a auditoria das demonstrações contábeis da empresa XPTO S/A, identificou divergências entre confirmações externas e registros contábeis, bem como documentos cuja autenticidade suscitou dúvidas. Adicionalmente, verificou transações não usuais que poderiam indicar fraude e constatou que determinadas premissas adotadas no planejamento dos procedimentos de auditoria não eram compatíveis com as circunstâncias observadas. Considerando as disposições da NBC TA 200 (R1) acerca do ceticismo profissional, o auditor deve

a) considerar que a obtenção de evidências provenientes de fontes externas é suficiente para afastar dúvidas sobre sua confiabilidade, dispensando procedimentos adicionais quando as confirmações externas contradisserem os registros contábeis.

b) manter uma postura questionadora durante a execução dos procedimentos, sendo desnecessário reavaliar premissas utilizadas no planejamento, uma vez que o ceticismo profissional se relaciona exclusivamente à avaliação das evidências obtidas.

c) reconhecer que a existência de condições indicativas de possível fraude exige a conclusão de que houve distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente da obtenção de evidências adicionais.

d) manter o ceticismo profissional ao longo de toda a auditoria, considerando evidências contraditórias, questionando a confiabilidade das informações, avaliando condições indicativas de fraude e reconhecendo circunstâncias que justifiquem procedimentos adicionais aos exigidos pelas normas, de modo a evitar generalizações excessivas e o uso inadequado de premissas.

e) restringir a aplicação do ceticismo profissional às situações em que existam indícios objetivos de fraude, pois a realização de procedimentos adicionais aos previstos nas NBCs TA somente se justifica quando houver evidência conclusiva de irregularidade.

47. Durante a revisão de qualidade dos trabalhos de auditoria independente realizados em determinada companhia, um auditor experiente, que não havia participado anteriormente do trabalho, constatou que os papéis de trabalho continham a descrição dos procedimentos executados e os respectivos resultados, acompanhados das evidências obtidas. Entretanto, não havia registros dos julgamentos profissionais significativos utilizados para fundamentar as conclusões sobre determinados assuntos relevantes. O sócio responsável pelo trabalho argumentou que a documentação era suficiente, pois as evidências estavam arquivadas e as conclusões poderiam ser reconstruídas por outro auditor experiente mediante análise dos documentos disponíveis.

Considerando as disposições da NBC TA 230 (R1), a argumentação apresentada pelo sócio é

a) correta, pois a documentação de auditoria deve permitir que um auditor experiente compreenda os procedimentos executados e as evidências obtidas, sendo dispensável o registro dos julgamentos profissionais significativos quando as conclusões puderem ser reconstruídas posteriormente.

b) incorreta, pois a documentação de auditoria deve possibilitar que qualquer profissional com conhecimentos contábeis, ainda que sem experiência prática em auditoria, compreenda integralmente os procedimentos executados, as evidências obtidas e os julgamentos realizados.

c) incorreta, pois a documentação deve permitir que um auditor experiente, sem envolvimento anterior com o trabalho, compreenda a natureza, a época e a extensão dos procedimentos executados, seus resultados, as evidências obtidas, os assuntos significativos identificados, as conclusões alcançadas e os julgamentos profissionais significativos que as fundamentaram.

d) correta, desde que os procedimentos executados estejam em conformidade com as normas de auditoria e as exigências legais e regulamentares, uma vez que a documentação dos julgamentos profissionais significativos constitui exigência

aplicável exclusivamente aos trabalhos em que sejam identificadas distorções relevantes.

e) incorreta, pois a documentação de auditoria deve conter o registro integral de todas as evidências examinadas, dos procedimentos considerados e não executados e de todos os julgamentos profissionais realizados, independentemente de sua relevância, para possibilitar a reprodução completa do trabalho por auditor independente.

48. O auditor independente obteve confirmação externa de um fornecedor indicando saldo de obrigações significativamente superior ao registrado na contabilidade da entidade. Ao solicitar esclarecimentos à administração, recebeu documentos internos que, embora aparentemente regulares, apresentavam informações divergentes da confirmação externa. Adicionalmente, identificou circunstâncias que suscitaram dúvidas quanto à confiabilidade dos documentos fornecidos pela administração. Considerando as disposições da NBC TA 500 relativas à inconsistência entre evidências de auditoria e às dúvidas sobre sua confiabilidade, o auditor deve

a) atribuir prevalência à confirmação externa, por se tratar de evidência proveniente de fonte independente, dispensando procedimentos adicionais, desde que sua autenticidade não tenha sido formalmente contestada.

b) ampliar obrigatoriamente a extensão dos testes substantivos sobre todas as contas patrimoniais, independentemente da natureza da inconsistência identificada, uma vez que a divergência compromete a confiabilidade global das demonstrações contábeis.

c) determinar as modificações ou os acréscimos necessários aos procedimentos de auditoria para solucionar a inconsistência ou as dúvidas identificadas, considerando, ainda, os possíveis efeitos da questão sobre outros aspectos da auditoria.

d) desconsiderar as evidências cuja confiabilidade tenha sido questionada e fundamentar sua conclusão exclusivamente nas demais evidências disponíveis, desde que estas sejam suficientes em quantidade, independentemente de sua adequação.

e) comunicar imediatamente a inconsistência aos responsáveis pela governança e modificar sua opinião no relatório de auditoria, uma vez que a existência de evidências contraditórias constitui, por si só, limitação de alcance.

49. Durante a auditoria das demonstrações contábeis de determinada companhia, o auditor independente identificou divergências entre os saldos de contas a receber registrados contabilmente e as informações fornecidas por determinados clientes. Para solucionar as divergências, o auditor obteve diferentes evidências: relatórios elaborados pela administração, documentos eletrônicos disponibilizados pela entidade, respostas de confirmação externa recebidas diretamente dos clientes e informações obtidas mediante indagações aos responsáveis pelo setor financeiro.

Considerando as disposições das NBC TAs acerca da confiabilidade das evidências de auditoria, é correto afirmar que:

a) As evidências obtidas de fontes externas independentes são necessariamente mais confiáveis que aquelas produzidas internamente, independentemente das circunstâncias de sua obtenção e da existência de fatores que comprometam sua autenticidade.

b) As evidências obtidas diretamente pelo auditor apresentam, em regra, maior confiabilidade que aquelas obtidas indiretamente ou por inferência, sendo que a natureza documental e a independência da fonte constituem fatores relevantes na avaliação de sua confiabilidade.

c) As evidências documentais produzidas internamente pela entidade apresentam confiabilidade superior à das confirmações externas, desde que estejam disponíveis em formato eletrônico e tenham sido submetidas aos controles internos da organização.

d) As confirmações externas recebidas diretamente pelo auditor possuem confiabilidade absoluta, dispensando a avaliação das circunstâncias de sua obtenção e a execução de procedimentos adicionais diante de indícios de inconsistência.

e) A confiabilidade das evidências de auditoria é determinada predominantemente pela quantidade de informações obtidas, de modo que um conjunto numeroso de evidências internas pode substituir, em qualquer circunstância, evidências externas independentes.

50. Durante a execução de trabalho de auditoria interna em determinada entidade, a equipe identificou irregularidades relevantes que demandavam providências imediatas da administração, sob pena de agravamento dos riscos associados. Entretanto, os exames ainda não haviam sido concluídos. Considerando as disposições da NBC TI 01 relativas ao relatório da Auditoria Interna, é correto afirmar que

a) a emissão de relatório parcial constitui obrigação automática sempre que forem identificadas irregularidades relevantes, independentemente da urgência das providências administrativas, devendo o documento ser encaminhado diretamente aos órgãos de controle externo.

b) a Auditoria Interna deve avaliar a necessidade de emissão de relatório parcial quando identificar irregularidades que exijam providências imediatas e não possam aguardar a conclusão dos exames, devendo preservar a confidencialidade e apresentar o relatório ao solicitante do trabalho ou a quem este autorizar.

c) o relatório parcial poderá ser emitido para comunicar irregularidades urgentes, ficando dispensada a apresentação das evidências encontradas e dos riscos associados, uma vez que esses elementos são exigidos exclusivamente no relatório final.

d) o relatório de Auditoria Interna deverá restringir-se à descrição objetiva dos fatos constatados e das evidências obtidas, sendo vedada a apresentação de recomendações ou providências a serem adotadas pela administração, em respeito à independência da atividade de auditoria.

e) a identificação de limitações ao alcance dos procedimentos de auditoria impede a emissão de relatório, parcial ou final, até que todas as restrições sejam integralmente superadas, pois a norma exige a execução completa dos procedimentos originalmente planejados.

51. O auditor avaliou diferentes métodos de seleção de amostras para examinar uma população de 20.000 lançamentos contábeis. Pretendendo selecionar 400 unidades de amostragem, considerou a utilização de seleção sistemática, seleção ao acaso, amostragem de unidade monetária e seleção de blocos. À luz das disposições da NBC TA 530, é correto afirmar que

a) a seleção sistemática, cujo intervalo de amostragem seria de 50 unidades, assegura a representatividade da amostra sempre que o ponto inicial for determinado aleatoriamente, independentemente da existência de padrões periódicos na população.

b) a seleção ao acaso, embora não utilize técnica estruturada, pode ser empregada na amostragem estatística, desde que o auditor evite tendenciosidade consciente e assegure a todos os elementos da população a mesma probabilidade de seleção.

c) a amostragem de unidade monetária constitui modalidade de seleção baseada em valores, na qual o tamanho, a seleção e a avaliação da amostra permitem alcançar uma conclusão expressa em valores monetários.

d) a seleção de blocos constitui técnica apropriada para realizar inferências sobre toda a população, desde que os elementos selecionados sejam contíguos e apresentem características homogêneas entre si.

e) a seleção aleatória e a seleção ao acaso são métodos equivalentes para fins de amostragem estatística, distinguindo-se exclusivamente pela utilização de recursos informatizados na primeira modalidade.

52. A unidade de análise de contratações dos órgãos e entidades do Tribunal de Contas do Estado planejou a realização de três trabalhos de auditoria com objetos e finalidades distintos:

I. Examinar as demonstrações contábeis de determinada entidade pública, com o objetivo de obter evidência de auditoria suficiente e apropriada que permita concluir se as informações financeiras estão livres de distorções relevantes, decorrentes de fraude ou erro, e se foram elaboradas em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

II. Avaliar um programa governamental de combate à evasão escolar, considerando a relação entre os recursos empregados e os produtos entregues, o grau de alcance dos resultados pretendidos e os fatores que possam ter comprometido seu desempenho, visando à identificação de oportunidades de aperfeiçoamento da gestão.

III. Examinar os procedimentos de contratação de uma autarquia, a fim de verificar se os atos administrativos praticados observaram as disposições legais, regulamentares e demais critérios aplicáveis.

À luz das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), os trabalhos descritos nos itens I, II e III caracterizam, respectivamente, auditorias

a) de conformidade, operacional e financeira, uma vez que o exame das demonstrações contábeis tem como finalidade principal identificar fraudes e erros cometidos pela entidade auditada.

b) financeira, operacional e de conformidade, sendo a segunda modalidade voltada à avaliação de aspectos como economicidade, eficiência e efetividade, podendo resultar em recomendações destinadas ao aprimoramento da gestão pública.

c) financeira, de conformidade e operacional, pois a avaliação do alcance dos objetivos de programas governamentais constitui, essencialmente, exame da observância de critérios legais e regulamentares.

d) operacional, financeira e de conformidade, considerando que a obtenção de evidência suficiente e apropriada acerca das demonstrações contábeis se destina, primordialmente, à avaliação da eficiência na aplicação dos recursos públicos.

e) financeira, operacional e de conformidade, sendo que, nesta última modalidade, os critérios de auditoria devem limitar-se às disposições expressamente previstas em leis e regulamentos, excluindo outros referenciais aplicáveis à atuação administrativa.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Leandro Ravyelle

53. Durante auditoria da execução orçamentária de 2026, a unidade de controle interno de determinado Estado examinou a proposta de abertura de crédito suplementar destinado ao reforço de despesas de manutenção administrativa. O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2025 apresentava os seguintes valores, em milhões de reais:

Ativo financeiro	R$ 180
Passivo financeiro	R$ 115
Saldo de créditos especiais reabertos em 2026	R$ 18
Operações de crédito vinculadas aos créditos reabertos	R$ 10

A equipe técnica verificou que, após os ajustes previstos na Lei nº 4.320/1964, não existiam outros comprometimentos relevantes para a apuração do superávit financeiro. Constatou, entretanto, que R$ 32 milhões do saldo ajustado correspondiam a recursos legalmente vinculados a ações de saúde, enquanto o restante não possuía vinculação específica. O Poder Executivo pretende utilizar exclusivamente o superávit financeiro para financiar crédito suplementar destinado a despesas administrativas gerais, sem relação com ações e serviços públicos de saúde. Considerando a legislação orçamentária e financeira, o valor máximo que poderá ser utilizado para essa finalidade, exclusivamente com base nas informações apresentadas, corresponde a

a) R$ 65 milhões, pois a diferença positiva entre ativo e passivo financeiros constitui superávit integralmente disponível, independentemente dos créditos reabertos e das vinculações legais.

b) R$ 57 milhões, pois os créditos especiais reabertos reduzem a disponibilidade, mas a vinculação dos recursos não interfere na abertura de créditos suplementares.

c) R$ 25 milhões, pois o superávit financeiro ajustado deve considerar os créditos reabertos e as operações de crédito a eles vinculadas, sendo necessário preservar os recursos destinados legalmente à saúde.

d) R$ 33 milhões, pois a vinculação à saúde somente limita o pagamento das despesas, não interferindo na utilização do superávit como fonte para abertura de crédito adicional.

e) R$ 15 milhões, pois as operações de crédito vinculadas aos créditos reabertos devem ser subtraídas do superávit financeiro, juntamente com os créditos especiais transferidos.

54. Em dezembro de 2025, determinado órgão federal apresentava três situações relacionadas à execução de contratos administrativos:

Situação I: despesa de R$ 240 mil, regularmente empenhada em 2025, cujo objeto havia sido integralmente entregue e liquidado até 31 de dezembro, mas não pago.

Situação II: despesa de R$ 180 mil, regularmente empenhada em 2025, cujo objeto havia sido entregue em dezembro, mas cuja liquidação somente foi concluída em fevereiro de 2026. O empenho foi regularmente inscrito em restos a pagar e permaneceu válido.

Situação III: obrigação de R$ 95 mil relativa a serviço efetivamente prestado em 2024, para a qual não havia sido emitido empenho no exercício de origem. A obrigação foi reconhecida pela autoridade competente em 2026, observados os requisitos legais.

Considerando a Lei nº 4.320/1964 e os procedimentos contábeis orçamentários aplicáveis, a classificação adequada das três situações, respectivamente, é:

a) restos a pagar processados; restos a pagar não processados; despesas de exercícios anteriores.

b) restos a pagar não processados; despesas de exercícios anteriores; restos a pagar processados.

c) despesas de exercícios anteriores; restos a pagar processados; despesas de exercícios anteriores.

d) restos a pagar processados; despesas de exercícios anteriores; dívida fundada.

e) restos a pagar não processados; restos a pagar processados; despesas de exercícios anteriores.

55. Em auditoria realizada em órgão federal, identificou-se que receitas decorrentes de prestação de serviços públicos foram recolhidas à Conta Única do Tesouro Nacional. Parte dos valores possuía destinação legalmente vinculada à manutenção de determinadas atividades institucionais. O gestor sustentou que, após o recolhimento à Conta Única, os recursos perderiam suas vinculações originais e poderiam ser utilizados livremente em quaisquer despesas do órgão, desde que existisse dotação orçamentária suficiente. A equipe de auditoria também identificou que o gestor confundia a classificação por natureza da receita com a identificação de sua fonte ou destinação.

Considerando a disciplina constitucional e infraconstitucional aplicável, é correto afirmar que

a) o recolhimento à Conta Única descaracteriza a vinculação legal dos recursos, uma vez que o princípio da unidade de tesouraria prevalece sobre qualquer destinação específica.

b) a classificação por natureza da receita identifica exclusivamente o órgão arrecadador, enquanto a fonte de recursos evidencia a categoria econômica e a origem da arrecadação.

c) a existência de dotação orçamentária autoriza a utilização de receitas vinculadas em despesas de qualquer finalidade, desde que os recursos estejam centralizados financeiramente.

d) a centralização financeira na Conta Única não afasta as vinculações legais dos recursos, cabendo à classificação por fonte ou destinação identificar e controlar sua aplicação, enquanto a classificação por natureza evidencia as características do ingresso quanto ao fato gerador.

e) o princípio da unidade de tesouraria impede que receitas legalmente vinculadas sejam arrecadadas por órgãos da Administração direta, exigindo sua transferência a entidades com autonomia financeira.

56. Ao final do segundo bimestre de 2026, o Poder Executivo de determinado ente federativo constatou que a realização da receita não comportaria o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da LDO. A unidade central de orçamento propôs a limitação de empenho e movimentação financeira, mas sugeriu que a medida incidisse indistintamente sobre todas as dotações orçamentárias. Um auditor interno foi incumbido de avaliar a proposta, considerando as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse caso, a orientação juridicamente adequada é que

a) a limitação de empenho deve ser aplicada exclusivamente pelo Poder Executivo, pois os demais Poderes possuem autonomia financeira e não se submetem ao mecanismo previsto na LRF.

b) a limitação de empenho e movimentação financeira deve ocorrer nos trinta dias subsequentes ao encerramento do bimestre, pelos Poderes e pelo Ministério Público, nos montantes necessários e segundo os critérios da LDO, observadas as despesas legalmente excluídas da limitação.

c) a limitação de empenho deve alcançar obrigatoriamente todas as despesas, inclusive as obrigações constitucionais e legais, uma vez que a preservação das metas fiscais prevalece sobre a natureza obrigatória dos gastos.

d) a limitação de empenho somente poderá ser implementada após o encerramento do exercício financeiro, mediante apuração definitiva do resultado primário e nominal.

e) a limitação de empenho deverá ser substituída pela abertura de créditos extraordinários, por se tratar de instrumento de recomposição do equilíbrio fiscal decorrente de frustração de receitas.

57. O ordenador de despesas de uma autarquia federal autorizou a concessão de suprimento de fundos a determinado servidor para custear despesas de pequeno vulto e de pronto pagamento. Durante a auditoria, constatou-se que o servidor havia realizado aquisições compatíveis com as hipóteses legais do regime de adiantamento, mas o gestor pretendia dispensar o empenho prévio e a prestação de contas, argumentando que o suprimento de fundos constitui procedimento simplificado e que a autorização do ordenador seria suficiente para legitimar a despesa.

Considerando a Lei nº 4.320/1964 e a regulamentação federal pertinente, é correto afirmar que

a) o suprimento de fundos dispensa empenho prévio, desde que o ordenador de despesas autorize expressamente a realização dos gastos e os pagamentos ocorram no mesmo exercício.

b) o regime de adiantamento permite que qualquer agente público receba recursos, inclusive aquele que não tenha prestado contas de suprimento anterior, desde que a nova concessão se destine a despesas urgentes.

c) o suprimento de fundos constitui modalidade de contratação direta que substitui os procedimentos de execução orçamentária, razão pela qual não se submete às etapas de empenho e liquidação.

d) a concessão de suprimento de fundos pressupõe necessariamente a abertura de crédito extraordinário, pois sua utilização decorre da impossibilidade de processamento ordinário da despesa.

e) o suprimento de fundos constitui regime excepcional de execução da despesa, com entrega antecipada de recursos a servidor, observadas as hipóteses legais, o empenho prévio e a obrigatoriedade de prestação de contas.

58. Durante a execução de programa governamental, determinada unidade gestora federal recebeu créditos orçamentários descentralizados por outro órgão e, posteriormente, recursos financeiros destinados ao pagamento das despesas correspondentes. A auditoria identificou divergências entre os registros de descentralização orçamentária e financeira e os controles utilizados pelos órgãos envolvidos.

Considerando a Lei nº 10.180/2001 e a sistemática federal de administração orçamentária e financeira, é correto afirmar que

a) a descentralização de créditos entre órgãos distintos constitui provisão, enquanto a descentralização financeira correspondente constitui sub-repasse, independentemente da vinculação institucional das unidades.

b) a descentralização orçamentária transfere definitivamente a titularidade da dotação para a unidade executora, alterando a classificação institucional aprovada na LOA.

c) a descentralização de créditos entre órgãos distintos caracteriza destaque, enquanto a descentralização financeira externa caracteriza repasse, não se confundindo a autorização para executar despesas com a disponibilização de recursos financeiros para pagamento.

d) a descentralização financeira antecede necessariamente a descentralização orçamentária, uma vez que a disponibilidade de recursos financeiros constitui requisito suficiente para a realização de despesas públicas.

e) o Sistema de Administração Financeira Federal, disciplinado pela Lei nº 10.180/2001, possui competência exclusiva para elaborar o PPA, a LDO e a LOA, enquanto o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal se limita ao registro contábil da execução.

59. Durante a análise dos relatórios fiscais de 2026, a auditoria interna de determinado Estado verificou que o Poder Executivo havia publicado o Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativo ao sexto bimestre, enquanto os demais Poderes providenciavam os respectivos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao último quadrimestre. A equipe técnica identificou divergências quanto à obrigatoriedade de apresentação do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar e dos demonstrativos relacionados aos limites de despesa com pessoal.

Considerando a Lei Complementar nº 101/2000 e as orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais, é correto afirmar que

a) o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida integra o RREO, enquanto o RGF do último quadrimestre deve apresentar demonstrativos específicos relativos à disponibilidade de caixa em 31 de dezembro e à inscrição de despesas em restos a pagar.

b) o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida integra exclusivamente o RGF, pois sua finalidade é permitir a aferição dos limites de despesa com pessoal e de endividamento.

c) o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar deve integrar obrigatoriamente todos os RREOs bimestrais, substituindo o Balanço Orçamentário no encerramento do exercício.

d) o RGF deve ser elaborado exclusivamente pelo Poder Executivo, abrangendo os demais Poderes, enquanto o RREO deve ser emitido individualmente pelos titulares de cada Poder.

e) o RREO e o RGF possuem periodicidade quadrimestral, diferenciando-se exclusivamente quanto aos órgãos responsáveis por sua assinatura.

60. Durante auditoria realizada no encerramento do exercício financeiro de 2026, a unidade de controle interno de determinado Município examinou a execução de despesas contratuais e a disponibilidade de caixa do Poder Executivo. A equipe identificou as seguintes informações, relativas a uma mesma fonte de recursos não vinculados, expressas em milhares de reais:

Disponibilidade de caixa bruta	R$ 1.800
Restos a pagar processados de exercícios anteriores	R$ 250
Restos a pagar processados do exercício de 2026	R$ 300
Restos a pagar não processados de exercícios anteriores	R$ 150
Demais obrigações financeiras	R$ 200
Despesas empenhadas e não liquidadas em 2026, ainda não inscritas em restos a pagar	R$ 1.100

Verificou-se que o exercício de 2026 correspondia ao último ano de mandato do prefeito municipal, que não havia ingressos financeiros adicionais previstos até o encerramento do exercício e que as obrigações apresentadas não possuíam duplicidades. O gestor sustentou que a totalidade das despesas empenhadas e não liquidadas em 2026 poderia ser inscrita em restos a pagar não processados, uma vez que a disponibilidade de caixa bruta superava o montante desses empenhos.

Considerando o art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000 e a metodologia de apuração da disponibilidade de caixa estabelecida pelo Manual de Demonstrativos Fiscais, a conclusão correta da auditoria é que

a) a inscrição integral dos R$ 1.100 mil em restos a pagar não processados é admissível, pois a disponibilidade de caixa bruta de R$ 1.800 mil supera os empenhos não liquidados do exercício, sendo irrelevantes as obrigações financeiras anteriores para essa verificação.

b) a disponibilidade de caixa líquida, antes da inscrição dos restos a pagar não processados do exercício, corresponde a R$ 900 mil, razão pela qual a inscrição integral dos R$ 1.100 mil é incompatível com a suficiência financeira apurada, resultando em insuficiência de R$ 200 mil.

c) a disponibilidade de caixa líquida corresponde a R$ 1.250 mil, pois somente os restos a pagar processados devem ser deduzidos da disponibilidade bruta, sendo os restos a pagar não processados de exercícios anteriores e as demais obrigações financeiras excluídos do cálculo.

d) a vedação prevista no art. 42 da LRF alcança exclusivamente despesas contraídas nos dois últimos quadrimestres do mandato que não tenham sido empenhadas até 31 de dezembro, não se aplicando às obrigações regularmente empenhadas e inscritas em restos a pagar.

e) a inscrição dos R$ 1.100 mil poderá ocorrer integralmente, desde que o gestor demonstre a existência de previsão de receita suficiente na Lei Orçamentária Anual de 2027, independentemente da disponibilidade financeira efetiva em 31 de dezembro de 2026.

REDAÇÃO

Texto I

“Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.” (Decreto nº 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua)

Texto II

“O termo ‘situação de rua’ não só descreve a carência de moradia, como também identifica um grupo social. O estreito vínculo entre a negação de direitos e uma identidade social distingue a falta de moradia da privação de outros direitos socioeconômicos.” (Adaptado de relatório da Relatora Especial da ONU sobre moradia adequada)

Texto III

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (Constituição Federal de 1988)

Com base nos textos de apoio acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E CIDADANIA: DA INVISIBILIDADE SOCIAL À GARANTIA DE DIREITOS

Extensão: mínimo de 20 e máximo de 30 linhas.

Folha de Resposta	
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado. Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0